Assembleia da República
Divisão de Apoio às Comissões
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Entrada: 08/05/2024
Discussão e votação a: 14/05/2024
Resultado: Aprovado
Favor: PSD, PS, CH, L, CDS-PP e PAN
Ausência: IL, BE e PCP

Nota: No decurso da votação o proponente aceitou retirar o inciso que solicitava a atualização de cenário macroeconómico, clarificando-se com a sua anuência que, o ponto final viria logo a seguir ao inciso «situação orçamental do Estado», suprimindo-se a injunção posterior.

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Filipe Neto Brandão

REQUERIMENTO

O Governo apresentou à Assembleia da República, no dia 15 de abril, o Programa de Estabilidade 2024-2028, apresentando uma previsão, em políticas invariantes, de saldo orçamental positivo, em 2024, de 0,3% do PIB – inferior à previsão do Conselho de Finanças Públicas de 0,5% e à previsão de execução orçamental feita pelos serviços do Ministério das Finanças e transmitidos ao atual Governo na reunião de transição, que apontava para um saldo orçamental positivo de 0,7% já incorporando todas as despesas realizadas, e desconsiderando as previsões incluídas no Programa Económico da Aliança Democrática, que, num cenário com medidas, apontava para um excedente orçamental de 0,8% do PIB.

O Partido Socialista desde cedo fez notar que o recuo nos cálculos do Governo da Aliança Democrática quanto ao saldo orçamental face ao cenário que estava inscrito no seu Programa Eleitoral apenas confirmava o alerta que fomos fazendo durante a campanha eleitoral: o cenário macroeconómico e o quadro orçamental que os partidos da coligação apresentaram não são minimamente credíveis e os compromissos assumidos são irrealizáveis.

O Governo procura agora criar factos alternativos sobre a execução orçamental, numa tentativa de confundir a opinião pública com a comparação de dados em contabilidade pública com dados e projeções feitas em contabilidade nacional, indicando um conjunto de despesas que supostamente teriam sido pagas pelo anterior Governo, já após a sua demissão, sem que as mesmas tivessem cabimento orçamental – como se fosse possível realizar despesa nessas circunstâncias.

As declarações que o Governo, e em particular o Sr. Ministro de Estado e das Finanças, têm vindo a fazer nas últimas semanas, são de uma enorme gravidade e colocam em causa a credibilidade das contas públicas portuguesas, as quais tiveram uma melhoria significativa ao longo dos últimos anos de governação, da responsabilidade do Partido

Socialista, espelhada na confiança de todos os organismos internacionais e, bem assim, de todas as agências de *rating*, que passaram a olhar para a situação orçamental e financeira do País que conduziu à notação "A" em todas as principais agências. Acresce que a situação económica do Pais é de crescimento, atestadas pelos números do primeiro trimestre que mostram Portugal a crescer o dobro da média da União Europeia e da Zona Euro.

A somar a esta narrativa, os partidos da coligação têm igualmente sugerido que a redução da dívida pública alcançada em 2024 foi "artificial", colocando também assim em causa a reputação do País perante os organismos externos que escrutinam as nossas contas públicas.

Torna-se assim urgente que o Ministério das Finanças proceda, de imediato, à atualização do cenário macroeconómico e da conta das Administrações Públicas e que preste à Assembleia da República, com urgência, esclarecimentos sobre a situação da execução orçamental do País e perspetivas futuras.

Assim, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requerer, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a audição, com carácter de urgência, do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, na 5.ª COFAP, para prestar os devidos esclarecimentos sobre a avaliação feita pelo Governo acerca da situação orçamental do Estado, trazendo a esta Comissão a atualização do cenário macroeconómico e, bem assim, da conta das Administrações Públicas.

Palácio de São Bento, 8 de maio de 2024,

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista